



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Decisão nº 142129443/2025-UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Processo: **08270.006987/2024-83**

Autuado (a): **JAKOB DULANEY PALMER**

Assunto: **Decisão de 2ª instância (REVELIA)**

DEFESA

Foi proferida decisão de 1ª instância mantendo o **Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333_00149_2024**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em pleno acordo com o princípio da legalidade. O autuado foi revel, não tendo apresentado defesa escrita no prazo legal de **10 (dez) dias**. Após o decurso do prazo para recurso à 2ª instância, o presente processo administrativo retornou para apreciação. Não houve apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme Art. 110, "caput", da **Lei 13.445/2017 c/c Art. 309, § 8º, do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 59 da Lei 9.784/99**, razão pela qual o autuado se mantém revel.

FUNDAMENTAÇÃO E JULGAMENTO

A decisão de 1ª instância foi julgada à revelia do autuado, visto que ele não apresentou defesa escrita no prazo legal, conforme Art. 309, §5º, do Decreto 9.199/2017. Vieram os autos do presente processo administrativo a esta instância, com fundamento no Art. 309, §8º, do Decreto 9.199/2017, porém à revelia, mais uma vez, do autuado. Assim, utilizando-me dos efeitos do instituto da revelia, reputo verdadeiro e eficaz o ato administrativo praticado, qual seja, lavratura do **Auto e Infração e Notificação nº 1333_00149_2024**, por ser essa a consequência legal lógica, consoante disposto no Art. 344 da Lei 13.105/2015 (aplicação por analogia). Some-se a isso, o fato de os atos administrativos gozarem de presunção de legalidade/veracidade. Isto é, todos os atos administrativos que são lavrados presumem-se de acordo com a lei. Logo, não há dúvidas de que o Auto de Infração e Notificação aplicado ao estrangeiro revel é um ato revestido de legalidade, figurando como ato administrativo perfeito, válido e eficaz. Ademais, a multa imposta não desbordou dos parâmetros legais constantes do Art. 108 da lei 13.445/2017 c/c Art. 301 do Decreto 9.199/2017. Assim sendo, esta instância recursal é favorável à **MANUTENÇÃO** do referido Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333_00149_2024, no valor de **R\$ 645,00 (seiscientos e quarenta e cinco reais)**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em conformidade com o que dispõe os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 309, do Decreto 9.199/2017, bem como os princípios da legalidade e da presunção de veracidade.

CIÊNCIA

Notifique-se o autuado da presente decisão. Ademais, proceda-se as conclusões de praxe com o lançamento/manutenção da dívida no sistema SONAR e a abertura do prazo de **30 dias para pagamento do débito**, conforme exposto no §10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017. Após, em não havendo a quitação da multa, promover o encaminhamento do procedimento à Fazenda Nacional para os

devidos fins legais.

ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS
Delegada de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**,
Delegado(a) de Polícia Federal, em 18/08/2025, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com
fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142129443&crc=36F152F7](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142129443&crc=36F152F7).
Código verificador: 142129443 e Código CRC: 36F152F7.

Referência: Processo nº 08270.006987/2024-83

SEI nº 142129443



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

NOTIFICAÇÃO

Sr(a).

JAKOB DULANEY PALMER

Fica notificado(a) da Manutenção do Auto de Infração e Notificação nº **1333_00149_2024**, protocolado sob processo SEI nº **08270.006987/2024-83**, tendo sido julgado à sua revelia em nível de 2ª instância, haja vista que não apresentou defesa no prazo legal. Não há mais possibilidade de recurso em âmbito administrativo, devendo realizar o pagamento da multa no prazo de **30 dias corridos**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**.

Esclareço que o não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação desta notificação no site da Polícia Federal, implicará no encaminhamento deste processo à Procuradoria da Fazenda Nacional para procedimentos de inscrição na dívida ativa da União, conforme estabelece o **Art. 309, §11 do Decreto 9.199/2017**, além de manutenção de registro no sistema de alerta e restrição SONAR.

Atenciosamente,

ONOFRE DE SOUSA FERREIRA
Agente de Polícia Federal
UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ONOFRE DE SOUSA FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 18/08/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142177093&crc=311A2292.
Código verificador: **142177093** e Código CRC: **311A2292**.